

OS RISCOS DO PENSAR FILOSÓFICO EM TEMPOS AUTORITÁRIOS

THE RISKS OF PHILOSOPHICAL THINKING IN AUTHORITY TIMES

Lucas Rocha Faustino¹

Recebido: 08/2019

Aprovado: 11/2019

Resumo: O presente texto tem como objetivo apresentar que a crise no ensino de Filosofia está ligada à crise institucional que se instaurou no Brasil desde os “Levantes de Junho de 2013” e o surgimento de uma estrutura de governo que flerta com o autoritarismo. Nesse sentido, destacamos que o ensino de Filosofia desperta temores para essa estrutura de governo, quando se inspira no modelo socrático de pensar, pois nos leva a explicitar as inconsistências do mundo “normal”, das narrativas oficiais e lança-nos para o novo.

Palavras-chave: crise; autoritarismo; pensar; Sócrates.

Abstract: This text aims to present that the crisis in the teaching of philosophy is linked to the institutional crisis that has been in place in Brazil since the “June 2013 Uprising” and the emergence of a government structure that flirts with authoritarianism. In this sense, we emphasize that the teaching of philosophy arouses fears for this structure of government, when it is inspired by the Socratic model of thinking, because it leads us to explain the inconsistencies of the “normal” world, the official narratives and throws us to the new.

Keywords: crisis; authoritarianism; think; Socrates.

Nos últimos anos, no Brasil, tornou-se comum nos meios jornalísticos e educacionais, o discurso que denuncia a insurgência de uma crise que assumiu facetas e nomes variados: crise política, institucional, jurídica, social, cultural, moral, ambiental etc. Parece-nos que essa crise se anunciou de forma evidente a partir dos “Levantes de Junho de 2013”.

Há, todavia, certa dificuldade em se definir os movimentos de massa que tomaram as ruas do Brasil em junho de 2013 como “levantes” propriamente. Por entender “levantes” como articulações políticas de caráter insurrecional, Souza (2016) apresenta os movimentos populares de Junho de 2013 como “Jornadas de Junho”, pois identifica que eles nunca tentaram de modo efetivo tomar o poder estatal, bem como eram carentes de um “núcleo

¹ Bacharel, Mestre e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor Assistente II DE da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: lucrfau@hotmail.com

político” que os organizasse nacionalmente. Todavia, Arantes (2004), com o foco no uso cronológico de ações contrainsurgentes por parte do Estado brasileiro, defende o caráter de “insurgência popular” desses movimentos, pois entende que havia neles uma clara intenção de desestabilização do Estado e o anseio por mudanças na estrutura de poder que não era o voto (Cf. ARANTES, 2014, p. 353-460).

Concordamos com a interpretação que Arantes (2014) apresenta, pois, mesmo com a “ausência” de um núcleo coordenador que operasse nacionalmente nos “Levantes de Junho de 2013”, a intenção de desestabilização política do Estado neles presente possibilita perceber a existência de uma linha de continuidade histórica nas ações que levaram ao processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff em 2016, à prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e à eleição do atual presente Jair Bolsonaro em 2018.

O que, porém, nos interessa nisso tudo, é que a crise não se limitou ao plano das instituições políticas e jurídicas, mas avançou, principalmente após a eleição de Jair Messias Bolsonaro como presidente em 2018, à seara da constituição do que seria o conhecimento propriamente, ou melhor: a constituição do estatuto dos princípios de certeza para a fundamentação da verdade. O que encerrou por colocar a Filosofia, juntamente com as demais ciências humanas, no centro da crise.

De bom modo, vale lembrar que a crise, para nós profissionais da filosofia, está diretamente ligada à mesma linha de eventos que se cristalizam a partir dos “Levantes de Junho de 2013”, insinuando-se no primeiro pronunciamento de Michel Temer como presidente em 12 de maio de 2016, no qual afirmou:

A partir de agora, nós não podemos falar em crise: trabalharemos [...] Não, não fale em crise: trabalhe. Eu até quero espalhar em 10 e 20 milhões de outdoors por todo Brasil. Porque isso também cria um clima de harmonia e de interesse de... de... otimismo. Não é verdade? Então, não vamos falar em crise, vamos trabalhar (AGÊNCIA BRASIL, 2016).

A vontade de Temer na consolidação de *outdoors* se espalhou ao longo de todo o país em uma série de “frases desmotivacionais” brancas com um fundo azul. E em alguns *outdoors* se podia ler: “Não pense na crise, trabalhe”.

A crise, então, para a Filosofia se avolumou. Em 30 de janeiro de 2019, em sua conta do *twitter*, o então ministro da educação, Ricardo Vélez Rodrigues, afirmou que o Ensino Básico era para todos, “mas a Universidade, do ponto de vista da capacidade, não é para todos [...] mas para aqueles que têm desejo e capacidade” (RODRIGUEZ, 2019). Na época, ele

defendia que a obrigação do Estado era somente com o financiamento do Ensino Básico.

Somente em 9 de abril de 2019, porém, quando Abraham Weintraub foi empossado como Ministro da Educação, em substituição à conturbada “gestão” de Véléz Rodrigues, a crise contra a Filosofia se apresentou de forma consciente. Recordemos que em Setembro de 2018, Weintraub, que fora um dos componentes da equipe que elaborou o “plano de desgoverno” do atual presidente Jair Bolsonaro, afirmou que:

Em Israel, o Jair Bolsonaro tem um monte de parcerias para trazer tecnologia aqui para o Brasil. Em vez de as Universidades do Nordeste ficarem aí fazendo Sociologia, fazendo Filosofia no agreste, [devem] fazer Agronomia em parceria com Israel. (SOUZA, 2019)

No dia 25 de abril de 2019, em uma *live* ao lado da “equipe” do Presidente Jair Bolsonaro, Weintraub, reiterando a compreensão de Véléz de que o Estado só deve ter obrigação com o financiamento do Ensino Básico, disse: “Pode estudar filosofia? Pode. Com dinheiro próprio.” Para sustentar sua afirmação, ele utilizou-se como exemplo o Japão, onde, segundo ele, cursos como o de Filosofia são destinados “para uma pessoa que já é muito rica ou de elite.” (SALA DE NOTÍCIAS, 2019)

De igual modo, é importante destacar que a crise para a Filosofia não se evidencia somente através da negação do financiamento estatal para o acesso público ao Ensino Superior. Sob o coro uníssono de Véléz, Weintraub e Bolsonaro de que a Filosofia é para uma “pessoa muito rica ou de elite” e que somente o Ensino Básico é que deve ser ofertado para todos os brasileiros, pois é fundamental a “construção de postos de trabalho”, esconde-se a máxima dos *outdoors* do ex-presidente Michel Temer: “Não fale na crise, trabalhe”. Porém, percebemos que essa assertiva se encaminha para o seguinte reducionismo imperativo: “não pense na crise, trabalhe.”; “não pense, trabalhe!”, “não pense!”

Por que Filosofia deve ser algo destinado exclusivamente para “pessoas muito ricas ou de elite”? Por que um governo com claras tendências autoritárias e fascistas anseia por impedir o acesso à Filosofia? Quais riscos a Filosofia apresenta para essa estrutura de governo? Quais consequências têm o abandono do pensar? Por que o pensar deve ser abandonado?

Aqui, não temos o interesse de apresentar respostas acabadas para as perguntas que levantamos, mas explicitar em que medida a Filosofia se apresenta como risco a ser eliminado por governos antirrepublicanos. Nesse sentido, lembremos que, de igual modo, em 1971, o governo militar apresentou uma “reforma” para o Ensino de 1º e 2º Graus que culminou na

promulgação da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971 e que tinha por finalidade política:

diminuir a possibilidade de qualquer contestação ao status quo, substituindo-o pelo ensino de um moralismo reformista acrítico, como ocorrem com as disciplinas de Educação Moral e Cívica - EMC e Organização Social e Política do Brasil - OSPB. (CARMINATI, 2004)

Nesse sentido, a intenção da exclusão da disciplina de Filosofia dos currículos escolares seguiu, na época, uma orientação ideológica que se pautou no princípio da “Segurança Nacional” como instrumento de defesa contra os “inimigos internos e externos”. Na verdade, o que se defendia era o pensamento, a narrativa, o discurso e a verdade oficial estipulada pelo Estado de qualquer outro tipo de pensamento, discurso ou verdade que não corroborasse com elas ou que apontasse suas falhas, limites, contradições e inconsistências e que, por isso, eram considerados como perigosos, pois poderiam “desviar a juventude do pensamento oficial” (PEGORARO, 1979, p. 15).

Assim, para governos autoritários e ditatoriais, discursos, pensamentos e narrativas contrários aos oficiais são assumidos como perigosos, pois são identificados como estranhos e, por isso, são impeditivos da constituição de uma única narrativa e linha de pensamento coerentes e necessários à constituição da rigorosa unidade política que lhes serve de base. Sobre isso, afirma Chauí que:

não é por obra do acaso, mas por necessidade, que o discurso do poder é o do Estado nacional, pois a ideologia nacionalista é o instrumento poderoso da unificação social, não só porque fornece a ilusão da comunidade indivisa (a nação), mas também porque permite colocar a divisão fora do campo nacional (isto é, na nação estrangeira) (CHAUÍ, 1993, p. 21).

Então, qualquer dispositivo, pensamento ou narrativa que identifique uma falha na tessitura da trama que constitui o tecido das narrativas oficiais, por ser identificado como um elemento estranho a elas, externo, é visto com maus olhos, identificado como um inimigo e desqualificado como subversivo, degenerado e danoso e, por isso, deve prontamente ser expurgado para evitar que contamine a sociedade como um todo.

Portanto, não é estranho assumir que a exclusão da Filosofia dos currículos escolares em 1971, fundamentava-se no fato de que seu livre exercício podia apresentar sérios riscos à coerência artificial do discurso oficial da ditadura da época. Sobre isso Valls escreve que: “a Filosofia, principalmente na segunda metade dos anos 60, tornou-se indesejável, passou a ser considerada perniciosa, subversiva. Há dois mil anos, Sócrates foi condenado à morte como

sedutor da juventude e inimigo dos deuses do Estado” . (VALLS, 1983, p. 42).

Apesar de citarmos três textos publicados há certo tempo – Pergoraro em 1979, Valls em 1983 e Chauí em 1993 –, que retratam momentos políticos distintos do Brasil – ditadura militar, “diretas já” e república, respectivamente –, todos comungam com a tese de que a oferta da Filosofia para um amplo público se mostra perniciosa para estruturas de governos antirrepublicanos, pois “é perversora da juventude”.

Como, entretanto, e quando a Filosofia se torna perigosa? Para indicar caminhos que respondam a essa pergunta, parece-nos paradigmática a referência que Valls (1983) faz a Sócrates. Por isso, voltamos a *Apologia de Sócrates* de Platão, a fim de explicitar essa perspectiva “perigosa” da Filosofia. Nesse diálogo, Platão explicita que a origem das acusações que levantam contra Sócrates em seu julgamento, advém de uma atividade que lhe foi destinada pelo Deus de Delfos, Apolo. Como é bem conhecido, a pitonisa do templo de Delfos diz que não há nenhum homem mais sábio do que Sócrates. Essa revelação o leva a indagar:

Que quererá dizer o deus? que sentido oculto pôs na resposta? Eu cá que não tenho consciência de ser nem muito sábio nem pouco; que quererá ele, então, significar declarando-me o mais sábio? [...] Por longo tempo fiquei nessa incerteza sobre o sentido; por fim, muito contra meu gosto, decidi-me por uma investigação, que passo a expor. (PLATÃO, *Apo.* 21b3-b9)

A entrega a essa investigação leva Sócrates a um vaguear sem fim:

interrogando, de acordo com o deus, quem, seja cidadão, seja forasteiro, eu tiver na conta de sábio, e, quando julgar que não o é, coopero com o deus, provando-lhe que não é sábio. Essa ocupação não me permitiu lazeres para qualquer atividade digna de menção nos negócios públicos nem nos particulares; vivo numa pobreza extrema, por estar ao serviço do deus. (PLATÃO, *Apo.* 23b4-23c1)

Então, de modo sucessivo, cada interlocutor que se pretende uma espécie de sábio, de especialista (*sophos*), e, por isso, um detentor de um tipo de conhecimento, é convidado a dialogar com Sócrates. Em geral, são figuras públicas às quais Sócrates propõe o teste do valor de seu saber, através da pergunta “O que é – x?” e o mérito desse saber, é avaliado por meio de refutações. Como nos escreve Trindade (2008):

O pressuposto forte desta metodologia é o de que o saber infalível e a ignorância são os dois únicos estados cognitivos possíveis. Havendo essas

duas únicas alternativas, o sucesso da refutação prova a ignorância do respondente e a invalidade de suas pretensões a saber, bastando a sobrevivência ao teste como prova temporária de sua capacidade. (SANTOS, 2008, p. 14)

Ora, independente do resultado aporético dos diálogos com Sócrates e o restrito valor que isso representa para a constituição do conhecimento, queremos chamar atenção para alguns pontos presentes na performance que Sócrates apresenta depois de receber o oráculo da pitonisa e que nos parecem relevantes para explicitar os “perigos” que o filosofar apresenta. Primeiro, ao invés de assumir o oráculo como uma verdade literal, ele procura inquirir por si mesmo sobre o real significado daquilo que está sendo para ele manifesto. Essa atividade de avaliar, pesar, julgar, analisar os prós e contras “por mim mesmo” que é tomado por Sócrates como uma vocação, uma missão recebida de um deus, consolida-se como aquilo que a tradição ocidental denominou por pensar.

Nessa atividade, nenhuma máxima, proposição ou assertiva pode ser tomada como evidentemente verdadeira se não for antes escrutinada criticamente pela capacidade intelectual daquele que se propõe a verificar seu valor de verdade. Esse nos parece um ponto interessante destacado por Sócrates, mesmo que não sejamos capazes de afirmar com “certeza absoluta” o que é a verdade, mesmo que nossos esforços em descobrir o que é a verdade nos leve a um beco sem saída, a uma aporia, a possibilidade de sua descoberta está vinculada com a atividade pensamento.

E isso, por sua vez, deve ocorrer independente do valor emocional que determinadas afirmações possuem para aquele que pensa. O que destaca a possibilidade do pensar ocorrer de modo independente das idiossincrasias, inclinações ou dos gostos particulares daquele que pensa, ou melhor: a possibilidade da descoberta da verdade não tem relações com o gosto ou as inclinações morais e emotivas particular ao pensador. Normalmente a verdade, onde quer que ela apareça ou o que ela seja, mais das vezes, se manifesta contrária ao gosto particular de alguém.

De igual modo, apesar de que a Filosofia na época de Sócrates já tivesse certo tempo de existência, ele é quem primeiro se apropria do tipo de investigação racional iniciada por Tales de Mileto (*624/623 - +548/446), mas utilizando-o para investigar as temáticas políticas e morais que constituem a vida na própria cidade. Logo, a cidade e a vida humana propriamente são os conteúdos de seu pensar. Por causa disso, ele se sente obrigado a sair vagando por Atenas questionando e inquirindo pessoas públicas – sofistas, gerais, adivinhos, rapsodos, oradores ou jovens em busca de instrução – que estivessem dispostas a

com ele dialogar e colocar à prova a validade de seus conhecimentos.

E pensamos ser esse o momento em que a filosofia apresenta certo perigo, pois é quando ela aceita o desafio de abrir-se para o mundo e dialogar diretamente com ele, que o pensar efetiva a potência de desfazer, degelar e escavar aquilo que na linguagem – conceitos, frases, definições, doutrinas – ficou enterrado na tradição como o “normal”, como o “ordinário” ou como “comum” (ARENDT, 2009, p. 197). É a partir disso, que a filosofia se torna “perturbadora da paz” (JASPER, 2003, p. 140), pois sua criticidade inerente revela uma potência destrutiva e corrosiva sobre todos os critérios que são oficialmente estabelecidos, valores, padrões para o bem e para o mal, regras de condutas, identidades, gêneros etc.

Logo, se a filosofia se mostra como uma busca pela verdade nas múltiplas significações do ser-verdadeiro. Com Sócrates essa busca não se efetiva como algo estático e definitivo, mas se revela como um movimento incessante do pensar no mundo. Como Arendt escreve:

Sócrates, fazendo perguntas para as quais ele *não* conhece a resposta, coloca-os [os *logoi*, os discursos] em movimento; e quando as afirmações voltam ao ponto de partida, em geral é ele quem alegremente propõe começar tudo de novo e investigar o que são a justiça, a piedade, o conhecimento ou a felicidade. (ARENDT, 2009, p. 191,192)

Se, porém, esse movimento do pensar tem por objeto um mundo vivido por homens que é a cidade; por outro, a prova da validade das opiniões, proposições e assertivas, ou seja, do conteúdo do pensamento, para Sócrates, só é possível por meio do diálogo filosófico com os outros. Consequentemente, ele não restringe seu pensar somente ao diálogo interno consigo mesmo. Ele bem que poderia ficar trancado em sua casa ruminando e remoendo seus pensamentos de modo cada vez mais profundo. Ou mesmo que quisesse apresentar os frutos de seu pensar, restringisse-se ao pequeno grupo de indivíduos que com ele corroborava, que isso não traria qualquer risco ou perigo para ele. Porém, isso não era suficiente para a missão que Sócrates tinha assumido. Por isso, a busca pelo verdadeiro, tem a dupla potência de sacudir tanto a cidade – porque o conteúdo avaliado é o mundo vivido na cidade, seus valores, crenças etc. – quanto os cidadãos – pois o pensar só se efetiva no diálogo direto com o outro – de seu “sono dogmático”. Admoestando, então, a todos a quem se dirige, a pensar sobre as práticas sociais mais básicas estabelecidas, as “verdades” mais normais, os preconceitos mais arraigados e nos incita a evitar que simplesmente apliquemos regras de conduta gerais a casos particulares de modo passivo. É a partir dessa mesma compreensão que Jaspers escreve:

Todo aquele que se dedica à filosofia quer viver para a verdade. Vá para onde for, aconteça-lhe o que acontecer, sejam quais foram os homens que ele encontre e, principalmente diante do que ele próprio pensa, sente faz, está sempre interrogando. As coisas, as pessoas e ele próprio devem tornando-se claro aos seus olhos. Ele não as afasta de seu contato. Ao contrário, ele se expõe. E prefere ser desgraçado na sua busca da verdade a ser feliz na ilusão. (JASPERS, 2003, p. 141)

Desse modo, através da ocorrência do pensar somos obrigados a nos confrontar com as inconsistências do mundo “normal” e a tomar novas decisões cada vez que somos confrontados com alguma dificuldade do dia-a-dia. O que significa que o pensar, ao mostrar as contradições dos discursos que nos são apresentados, lança-nos para o novo. E esse é um risco terrível para qualquer estrutura de governo que queira de modo autoritário construir uma única narrativa como correta, pois o livre pensar vai sempre evidenciar suas contradições e insuficiências.

Por isso, sempre que se estabelece um poder que flerta diretamente com o autoritarismo, é importante anular os espaços de livre pensar e afastar a grande massa de indivíduos dele, identificando-o como perigoso, subversivo e desviado. Nesse sentido, a interdição do pensamento que Weintraub, Rodrigues e Bolsonaro anseiam é um passo fundamental para o estabelecimento de “regras de condutas fixas”, de “versões oficiais” e de verdades totais e absolutas, pois é nisso que os homens se agarram quando os espaços para o pensar são obliterados. A interdição ao pensar tem, então, como contraposição o estabelecimento fixo de regras de conduta que possam prescrever uma determinada prática e estabelecer modos dóceis de sociabilidade que interditem precisamente a percepção das contradições dessas regras e a insurgência do novo. Nesse sentido, podemos encontrar no adestramento e na docilização dos corpos, a antítese ao pensar. Não é à toa, pois, que governos autoritários, que não suportam a antítese ou a avaliação crítica de suas práticas, procurem de modo sistemático apagar os espaços do pensar livre apresentando “reformas do ensino” que evitem a ocorrência de pensamentos desviados, pois são estranhos à “versão oficial dos fatos”.

É por isso, que nós profissionais de filosofia precisamos defender publicamente dois pontos: que a filosofia se destina ao homem enquanto homem e não somente a uma elite e que tenhamos a coragem de assumir isso como modelo de filosofar.

Sócrates, ao contrário de Platão e boa parte da tradição filosófica que defendem que a Filosofia destina-se a uma “elite fechada”, por entender que a atividade filosófica tinha por

principal virtude despertar os homens de seu sono dogmático, defendia que essa atividade era grande bem para a cidade e, por isso, para todos os homens. O livre pensar se apresenta, pois, como exigência para o homem enquanto homem, que está ao alcance de todos que estejam dispostos a dialogar e ouvir os grandes homens do passado, apropriar-se do que realizaram e aproximar-se deles, cheios de respeito, mas com os olhos diante do mundo presente e de seus desafios.

O despertar que o pensar filosófico conclama, corresponde a uma recusa de se prostrar diante da realidade, de se entregar passivamente às “ficções oficiais dos fatos” sem qualquer avaliação crítica das mesmas. O pensar filosófico socrático, pois, é uma experiência que reclama coragem, pois nos leva explicitar as contradições e insuficiências das regras de condutas, das assertivas, verdades etc. que compõe o mundo dos homens e, conseqüentemente, as estruturas de poder. Logo, quando se abre para um diálogo ativo com os outros, é que o pensamento se apresenta como rigorosamente perigoso, pois se mostra como um risco para todo e qualquer dogma e credo, ao mesmo tempo em que não origina nenhum credo, dogma ou regra de conduta passiva.

Por isso, a crise que se apresenta para o ensino de filosofia nos dias de hoje, impõe que os profissionais dessa área tenham a coragem para se organizar politicamente em defesa da liberdade de pensamento e de certo tipo de filosofia que fala diretamente para um mundo constituído por homens, porque diz respeito a todos. No estranho tempo em que vivemos, pensar livremente passou a ser sinônimo de luta política, pois exige a coragem socrática de questionar e dialogar no mundo público humano. Parar para pensar mostra-se como um modo de resistir, de transgredir, de existir e de estar vivo e reclama que defendamos publicamente isso.

Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. Temer: “a partir de agora, não podemos mais falar em crise, trabalharemos” (1m). 12 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=T6D56lJhbvM>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

ARANTES, Paulo. Depois de junho a paz será total. In: **O novo tempo do mundo e outros ensaios sobre a emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014. 353-460.

ARENDT, Hanna. **A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Trad. Cesar Augusto de Almeida, Antônio Abranches e Helena Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BBC NEWS/BRASIL. No comando da Câmara, Cunha foi a pior pedra no sapato de Dilma; entenda. **BBC News Brasil**, 5 maio 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/151008_cunha_camara_ab> Acesso em:

22 nov. 2019.

BROCHADO, Mariah. Presunção de Inocência e verdade Jurídica. In: MARTINS, Cristiano Zanin *et. all.* (coord.). **O Caso Lula: A luta pela afirmação dos direitos fundamentais no Brasil**. São Paulo: Ed. Contra Corrente, 2017, p. 211-232.

CARMINATI, Celso João. (Des) Razões da retirada da Filosofia do Ensino Médio no Brasil. In: **Revista Linhas**, v. 5, n. 2 (2004). Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1225/1038>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. São Paulo: Cortez, 1993.

JASPERS, Karl. **Introdução ao pensamento filosófico**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Ed. Culturix, 1999.

PEGORARO, Olinto. Política da filosofia no Brasil. Zero Hora. Porto Alegre, 1979.

PLATO, **Euthyphro, Apology, Crito, Phaedo and Phaedrus**. With translation by Harold North Fowler and introduction by W. R. M. Lamb. Cambridge, MA; London, ENG: Harvard University Press, 2005. (Loeb Classical Library)

RODRIGUEZ, Ricardo Vélez. **A mídia diz que defendo a Universidade somente para uma elite**. Conheça a verdade. (51s) Disponível em: <<https://twitter.com/ricardovelez/status/1090681853613359104>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SALA DE NOTÍCIAS. **Estudar Filosofia só com dinheiro próprios, diz Ministro da Educação** (2min11s), 26 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PnFFFUD1iCY>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

SANTOS, José Trindade. **Para ler Platão: o problema do saber nos diálogos sobre a teoria das formas**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008. (Tomo II)

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe: Entenda como e por que você foi enganado**. São Paulo: Ed. Leya, 2016. (*e-book kindell*)

SOUZA, Josias. **Universidade nordestina não deve ensinar filosofia, diz novo titular do MEC...** Blog do Josias, 08 de abril de 2019, 19h36min. Disponível em: <https://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2019/04/08/universidade-nordestina-nao-deve-ensinar-filosofia-diz-novo-titular-do-mec/?utm_source=twitter&utm_medium=social-media&utm_content=geral&utm_campaign=noticias>. Acesso em: 15 nov. 2019

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia. In: **Revista Brasileira de História**, v. 24, n° 47, São Paulo, 2004, p. 13-28.

VALLS, Álvaro. **A Filosofia no II grau**. Correio do Povo. Porto Alegre, 1983.

VILLAVERDE, João. **Perigosas pedaladas: os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo de Dilma Rousseff**. Pref. Adriana Fernandes. São Paulo: Geração Editorial, 2016. (Col. História agora, vol. 14).